

GESTÃO TRIBUTÁRIA

Professora

Edmery Tavares Barbosa

Equipe de tutores

Descartes Almeida Fontes

Elaine de Lima Rocha

Eloisa Rafaela Santos de Vasconcelos

Emanuelle Alicia dos Santos de Vasconcelos

Railson Fernandes da Silva

CARGA HORÁRIA: 30 horas aula

EMENTA

Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FLSURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.

OBJETIVO

Esta disciplina tem por objetivo permitir ao estudante o conhecimento e/ou aprofundamento sobre a legislação tributária brasileira, seus conceitos, características e regras, com maior ênfase nos tributos municipais.

CONTEÚDO SEMANAL

1ª Semana - Evolução da Legislação Tributária no Brasil

Histórico da tributação no Brasil.

2ª Semana - Princípios Constitucionais Tributários

- Conceito e fontes do Direito Tributário;

- Limites ao poder de tributar (isenção e imunidade);
- Princípios constitucionais;
- Legislação tributária.

3ª Semana - Obrigação e Legislação Tributária

- Elementos do tributo (fato gerador, base de cálculo e alíquota);
- Figuras da relação tributária (sujeitos ativo e passivo, responsável e substituto tributário);
- Competência e capacidade tributária;
- Obrigação tributária (principal ou acessória);
- Crédito tributário (características e modalidade de lançamento).

4ª Semana – Sistema Tributário Nacional

- Introdução aos tributos;
- A tributação na Constituição e no CTN;
- Repartição e repasse das receitas tributárias.

5ª Semana - Tributos Municipais em Espécie

- Impostos municipais;
- Taxas e contribuições;
- Contribuição de melhoria.

6ª Semana - Transferências Intergovernamentais

- Causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário.

7ª Semana - Processo e Ilícitos Tributários

- Processo administrativo tributário;
- Processo judicial tributário;
- Ilícitos tributários

8ª Semana - Gestão da Receita e da Despesa Pública Municipal

- Gestão da Receita e da Despesa Pública Municipal
- Ciclo orçamentário;
- Sistema de informação orçamentário.

AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO

Conforme o artigo 34, § 1º da Resolução 001/2010 (CONSEPE) que regulamenta o Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, trata da avaliação do rendimento com suas respectivas notas e conceitos e diz que:

- (A) Para o aluno que obtiver nota das disciplinas igual ou superior a 9,0 (nove);
- (B) Para o aluno que obtiver nota das atividades no intervalo entre 8,0 (oito) e abaixo de 9,0 (nove);
- (C) Para o aluno que obtiver nota das atividades no intervalo entre 7,0 (sete) e abaixo de 8,0 (oito) e;
- (D) Para o aluno que teve nota abaixo de 7,0 (sete).

Traduzindo:

Como na disciplina o aluno poderá obter até 300 PONTOS, temos:

- De 270 a 300 pontos = média igual ou superior a 9,0 = A (Aprovado);
- De 240 a 269 pontos = média entre 8,0 e abaixo de 9,0 = B (Aprovado);
- De 210 a 239 pontos = média entre 7,0 e abaixo de 8,0 = C (Aprovado);
- De 0 a 209 pontos = média abaixo de 7,0 = D = Reprovado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Abrantes, Luiz Antônio. Ferreira, Marco Aurélio Marques. Gestão tributária. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC; Brasília: CAPES/UAB, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acessado em: 22/04/2014.

_____. Lei Federal n. 5.172 (1966). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm, acessado em: 22/04/2014.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 35ª Ed. Malheiros: São Paulo, 2014.

PARAÍBA. Constituição do Estado da Paraíba (1989). Disponível em: <http://portal.tce.pb.gov.br/wordpress/wpcontent/uploads/2009/11/constituicaoestadualpb.pdf>, acessado em: 22/04/2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. 4ª Ed. Método: São Paulo, 2010.

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 20ª Ed. Saraiva: São Paulo, 2014.

HARADA, Kiyoshi. Direito Tributário Municipal. 4ª Ed. Atlas: São Paulo, 2012.

PAULSEN, Leandro. Direito Processual Tributário. 8ª Ed. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2014.

_____. MELO, José Eduardo Soares de. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. 8ª Ed. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2013.

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 6ª Ed. Saraiva: São Paulo, 2014.

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. Processo Tributário. 7ª Ed. Atlas: São Paulo, 2014.